

Povo Mura finaliza Protocolo de  
Consulta realizado via demanda judicial

Páginas 4 e 5

**Amazônia em Chamas:** a floresta que Bolsonaro  
quer destruída resiste com os Tapirapé

Páginas 6 e 7

# PORANTIM

**Em defesa da causa indígena**

Ano XL • Nº 418 • Brasília-DF • Setembro 2019

## A hora e a vez do povo Tuxá de Rodelas



No sertão baiano do rio São Francisco, povo Tuxá de Rodelas faz o levante em defesa do território tradicional. História moderna de resistência com mais de 100 anos ganha novos capítulos

Páginas 8, 9 e 10

# Mineração em terras indígenas: genocídio anunciado

Por Egon Heck, do Secretariado Nacional - Cimi

“**N**ão estamos realizando uma audiência pública, mas um ato contra a mineração em terras indígenas”, ressaltou a deputada indígena Joênia Wapichana, de Roraima, ao dar início à manifestação pública e política na sessão por ela coordenada. Seguiram-se mais de duas horas de manifestações contundentes contra a anunciada mineração em terras indígenas. Nestes dias, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a sua decisão de abrir as terras indígenas à mineração. A decisão em si revela a intenção genocida, em atitude entreguista, autoritária e criminosa.

As manifestações das lideranças indígenas de todo o país denunciaram com veemência, a manifesta intenção do atual presidente do país de abrir as terras indígenas à ganância frenética das mineradoras nacionais e multinacionais. A fúria do grande capital já está rugindo nas portas das terras indígenas. Conhecemos muito bem o desastre que tal atitude representa. Basta lembrar os séculos de extermínio dos povos originários, perpetrando, em nosso continente, o maior genocídio da humanidade. Estima-se 70 milhões de mortos.

Não precisamos ir tão longe. É só lembrar os aproximadamente 1.500 Yanomami que morreram vítimas da massiva invasão de mais de 40 mil garimpeiros em seu território, no início da década de 1980. No território desse povo houve também, em 1993, o massacre de Haximu quando mais de uma dezena de Yanomami foram assassinados pelos garimpeiros. Poderíamos citar inúmeros casos de indígenas que morreram em decorrência dos processos de mineração e garimpagem em seus territórios, especialmente na Amazônia.

## Não à mineração em terras indígenas

As manifestações unânimes contra a mineração em territórios indígenas ecoaram nos espaços do Congresso como um alerta de vida contra os anunciados projetos de morte do atual governo. Atitudes semelhantes já foram tomadas no início deste século quando os povos indígenas se reuniram em grandes assembleias nacionais e durante as discussões de propostas de Estatuto dos Povos Indígenas, fizeram chegar ao país e ao mundo sua posição radicalmente contrária contra qualquer tipo de exploração mineral em suas terras.

Os fortes interesses do capital nacional e internacional nunca abdicaram

de suas intenções de rasgar o ventre da terra para se apossar impunemente das riquezas minerais.

No final dos governos da ditadura militar, em 1983, houve a tentativa do presidente Figueiredo de abertura das áreas indígenas à mineração, através do decreto de nº 88.985, assinado pelo presidente da República e pelos ministros César Cals, de Minas e Energia, e Mario Andreazza, do Interior. O desastre que tal medida acarretaria, em termos ecológicos e principalmente em termos da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, foi prontamente denunciado por entidades civis e pelo movimento indígena (A questão da mineração em terra indígena – Cadernos da Comissão Pró Índio/SP 1984), em âmbito nacional e internacional. Abaixo-assinados organizados no país e fora dele foram enviados ao presidente da República. O decreto não foi assinado.

Mineradoras e seus testas de ferro jogaram pesado e sujo no processo constituinte (1986-1988), atacaram o Cimi covardemente com mentiras e falsificação de documentos. Porém, não conseguiram fazer passar seus interesses escusos.

E agora voltam covardemente com as mesmas pretensões: saquear os minérios existentes nas terras indígenas.

## Porantinadas

### Real intenção

O anúncio da suspensão de repasses financeiros por países europeus diante da postura do governo Bolsonaro de incentivar e patrocinar a destruição da Amazônia, desidratando até mesmo órgãos de fiscalização ambiental do Estado, repercutiu também nas organizações socioambientais que existem justamente para fazer o controle social da política ambiental dos inquilinos do Palácio do Planalto. Como para Bolsonaro floresta de pé não interessa, tampouco o preocupa o fato de várias dessas organizações deixarem de existir sem os recursos vindos da Europa. Essa é a real intenção do presidente ao dizer que não precisa desse dinheiro.

### Fala mais, presidente!

Para quem é aliado do governo Bolsonaro, ou depende de seu catastrófico sucesso, quanto menos o presidente falar será melhor. Afinal, costuma dizer bobagens e atrapalhar os negócios quando tem das suas diarreias mentais. No entanto, quanto mais Bolsonaro fala, mais Bolsonaro mostra ao mundo, sem filtros, o teor nefasto de seu governo. Como todo líder político com ideias adoçadas e perturbadas que já causou dores à humanidade, Bolsonaro está convencido sobre o campo cinza de seus pensamentos e falar é uma forma também de não duvidarmos que, vez ou outra, um psicopata assume poderes dos quais não deveria chegar perto.

### Religião a serviço da maldade

Causa espanto no Brasil o fato de que o bolsonarismo tem como um dos pilares de sustentação setores evangélicos neopentecostais. Compaixão, solidariedade, compromisso com os mais pobres passam longe dessa turma. Todo o discurso de violência, racismo, homofobia, autoritarismo e ausência completa de empatia pelos mais pobres vem tendo o respaldo da bancada evangélica no Congresso Nacional. Os parlamentares desta bancada, inclusive, são a linha de frente na defesa de projetos que retiram direitos em troca de outros projetos que atacam diretamente o Estado laico. Buscam colocar no lugar uma espécie de teonomia totalitária fundamentalista cristã.



# Indígenas pedem a Maia que tramitação da PEC 187 seja barrada na Câmara

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Lideranças indígenas participaram de uma reunião, no dia 28 de agosto, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Os Xukuru Kariri, de Alagoas, pediram a Maia que não instale a Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187, aprovada nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara.

A PEC prevê a permissão para realizar atividades produtivas “agropecuárias e florestais” nas terras demarcadas, e a criação da Comissão Especial seria o próximo passo de sua tramitação. Os povos indígenas são contra a PEC 187 e qualquer outra alteração em seus direitos constitucionais assegurados nos artigos 231 e 232.

Uma análise técnica da Assessoria Jurídica do Cimi (leia abaixo) aponta que a proposta é inconstitucional. Entre outras razões, a inconstitucionalidade se dá porque os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam dos direitos dos povos indígenas, garantem direitos individuais e coletivos e são, portanto, cláusulas pétreas.

Durante a reunião, no curto tempo de fala que tiveram, os indígenas defenderam que a tramitação da PEC 187 seja interrompida, porque não querem alterações nos seus direitos constitucionais e porque já realizam atividades produtivas em seus territórios, algo que a Constituição já prevê.

“O conceito de produção para a população indígena não está ligado apenas ao lucro, ao financeiro. A produção indígena é água, é vida, é animais, é planta, é subsistência. Isso é produção, isso é economia também”, afirmou Rogério Xukuru Kariri, de Palmeira dos Índios (AL).

“A questão é que o conceito de produção que a gente tem é diferente do conceito de produção do latifúndio. Nós temos uma concepção diferente”, prosseguiu o Xukuru Kariri. “Precisamos entender que os povos indígenas não são entraves ao progresso. Tudo que se tem numa sociedade não indígena, na indígena também tem. Eu acho que não é nada de mais ser respeitado isso”.

Em resposta, Maia fez uma sinalização favorável aos indígenas, mas não se comprometeu com a demanda apresentada pelas lideranças.

“Em relação à PEC que foi aprovada na CCJC, eu avisei na semana passada que não era o momento nem de se aprovar na CCJC. Não quero discutir o mérito, não li a PEC, mas independente do que está escrito na PEC, eu acho que a nossa responsabilidade nos coloca a obrigação de ter um pouco de paciência”, respondeu Maia. Ele já havia mencionado que não criaria a Comissão Especial da PEC 187 se a proposta pudesse gerar “mais narrativas negativas sobre o Brasil”.

A análise em uma Comissão Especial seria a etapa seguinte de tramitação da PEC 187, depois da qual poderia ir a votação no plenário da Câmara. Após pressão dos indígenas, a votação na CCJC que aprovou a PEC 187 acabou por arquivar a PEC 343, que tramitava apensada à 187 e pretendia abrir as terras indígenas para o arrendamento a fazendeiros e para a exploração de seus “recursos hídricos e minerais”.

## Reunião sobre meio ambiente

Os indígenas participaram de uma reunião de Maia com ex-ministros e ministras do Meio Ambiente e organizações da sociedade civil voltada a discutir a situação da Amazônia e a atuação do Congresso em relação ao tema.

Em meio a críticas à postura e ao discurso do presidente Jair Bolsonaro, Maia afirmou que deve suspender a tramitação de propostas contrárias aos direitos dos povos indígenas e que ataquem a legislação ambiental.

“Temos a preocupação de que não devemos pautar projetos que possam piorar ainda mais as polêmicas e os conflitos no Brasil”, afirmou o presidente da Câmara, que afirmou que buscará um texto “menor, menos polêmico” para o licenciamento ambiental. A proposta que atualmente tramita, o Projeto de Lei 3729/2004, é relatada por Kim Kataguiri



Rogério Xukuru Kariri pede ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que barre tramitação da PEC 187

(DEM-SP) e considerada um grande retrocesso por diversas organizações e entidades que atuam na área ambiental.

O presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), defendeu que a criação de uma Comissão para debater a crise de queimadas e falta de fiscalização ambiental na Amazônia, proposta por Maia, não serve para nada se ataques à legislação ambiental e projetos anti-indígenas seguem avançando no Legislativo.

## Direitos indígenas na Constituição não podem ser alterados, aponta nota técnica sobre PECs 187 e 343

Em nota técnica sobre as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 187/2016 e 343/2017, a Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) avalia que ambas as proposições são inconstitucionais, por atingirem cláusulas pétreas da Constituição Federal e por pretender alterar direitos humanos protegidos pela legislação internacional, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As PECs, que tramitam conjuntamente na Câmara dos Deputados, pretendem alterar os direitos reconhecidos aos povos indígenas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. A análise aponta que tais artigos tratam de direitos e garantias individuais e coletivas e são, portanto,

cláusulas pétreas, “resguardadas pela imutabilidade constitucional”.

“Todos os elementos do direito indígena que conformam o Capítulo VIII da CF/88, do Título VIII, são direitos individuais indígenas, em certo plano; mas, vão muito além, diante da cosmovisão, por serem direitos indisponíveis manejados no plano da coletividade, considerando a relação multicultural e pluriétnica das gentes indígenas”, afirma a nota técnica.

## Propostas inconstitucionais

A PEC 343/2017, de autoria do deputado Nelson Padovani (PSDB-PR), é considerada a mais danosa das duas e apontada como inconstitucional porque, além da tentativa

de alterar as cláusulas pétreas dos artigos 231 e 232, afronta a autonomia dos povos indígenas, ao prever a cessão de terras demarcadas para a exploração por não índios e a abrir caminho para a exploração de recursos hídricos e minerais sem autorização do Congresso Nacional.

“O usufruto das terras indígenas é exclusivo”, afirma a nota. “A apropriação as riquezas naturais por terceiros, particulares, existentes em território indígena, é eminentemente inconstitucional”.

A peça também destaca a inconstitucionalidade da proposta que previa que os acordos para a exploração agropecuária das terras indígenas por fazendeiros seriam negociados entre não indígenas interessados e a Fundação Nacional do Índio (Funai), de forma tutelada, sem a participação dos povos indígenas.

No caso da PEC 187/2016, de autoria do deputado Vicentinho Júnior (PL-TO), a proposta, além de inconstitucional, é considerada “irrelevante” e “inócua” pela análise técnica. A proposta pretende alterar o artigo 231 para incluir uma autorização explícita a “atividades agropecuárias e florestais” em terras indígenas – algo que já é permitido pela própria constituição.

“Se é o caso de contribuir com os povos indígenas, seja na produção, seja na comercialização, necessário que se crie as condições por meio de políticas públicas locais e regionais, mas nunca mexendo na Constituição”, conclui a análise jurídica.

## NOTA DO CIMI: Bolsonaro mente e afronta a Constituição brasileira ao atacar os povos indígenas

O presidente Bolsonaro insiste na mentira e na sorrateira tergiversação. Diante da devastação ambiental provocada por desmatamentos e queimadas criminosas, especialmente na região amazônica, mantém atitude incendiária e de repugnante agressividade aos povos originários e aos seus direitos de existência digna.

Com isso, afronta e violenta não somente os povos indígenas, mas também a própria Constituição Brasileira, que garante a eles o direito originário às suas terras tradicionais devidamente demarcadas e protegidas, onde possam viver dignamente com suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições (Artigo 231 da Constituição Federal).

O Artigo 20 da Constituição Brasileira estabelece que as terras indígenas são Bens do Estado brasileiro. Frente a isso, as acusações, públicas e recorrentes, do presidente

da República de que a demarcação de terras indígenas atentaria contra o interesse e a soberania nacional são conscientemente falsas, injustas e potencializam o preconceito, o racismo e o sentimento de ódio contra os povos indígenas, cidadãos brasileiros historicamente vilipendiados e violentados em nosso país.

Frente a tantas agressões que sofrem do presidente da República, o Cimi manifesta irrestrita solidariedade aos povos originários do Brasil e reitera o compromisso no apoio às lutas que fazem em defesa de suas vidas e projetos de futuro.

Respeite os povos originários e a Constituição de nosso país, presidente Bolsonaro.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)  
Brasília, 27 de agosto de 2019

# Povo Mura conclui primeiro Protocolo de Consulta decorrente de ação judicial

Por J.Rosha, Cimi Regional Norte I

Fotos: J.Rosha/Cimi Regional Norte I

No auditório da 1ª Vara da Justiça Federal em Manaus (AM) aconteceu, no dia 12 de agosto, a apresentação do Protocolo de Consulta do Povo Mura. A data é histórica e fruto de uma conquista relevante. Ali estavam presentes cerca de 100 indígenas Mura dos municípios de Autazes e Careiro da Várzea, além de representantes de órgãos governamentais e da empresa Potássio do Brasil. A Audiência foi presidida pela juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, que destacou se tratar do primeiro Protocolo resultante de uma ação judicial. No Amazonas, apenas os Waimiri Atroari e os Mura elaboraram seu Protocolo de Consulta.

Durante um ano e meio, as aldeias do povo Mura estiveram envolvidas na elaboração de um Protocolo de Consulta. A iniciativa resultou de uma decisão judicial iniciada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF), em 2016.

“Foi um grande avanço e uma importante vitória para o povo Mura”. Essa era a frase pronunciada pela maioria das lideranças do povo Mura ao final da assembleia realizada na aldeia Murutinga, que ocorreu entre os dias 18 e 20 de junho para ratificar o Protocolo de Consulta antes da rodada em Manaus.

De fato é uma conquista significativa. Desde o século XVII, o povo Mura sofre com mais intensidade toda sorte de ataques, inicialmente patrocinados pela Coroa Portuguesa e por ordens religiosas que atuavam na região, depois pelo Estado Brasileiro e desde então também por aventureiros em busca de tomar posse das riquezas encontradas no território.

O antropólogo Bruno Walter Caporrino, coordenador das oficinas do processo de elaboração do Protocolo de Consulta, compartilha desse sentimento dos indígenas. “Eu acho que é a primeira vez na história que esse grupo foi tratado pelo Estado como um grupo cidadão”, avalia. Para ele, “foi a primeira vez que o Estado Brasileiro olhou para esses homens e mulheres e enxergou ali um coletivo, um povo, titular do direito de ser parte do Estado Democrático de Direito, consultados, de serem ouvidos, de terem opinião própria”.

## Conquista para o país

O procurador da República Fernando Merlotto Soave participou do encontro com as lideranças do povo Mura, em 2016, na aldeia Ponta das Pedras para discutir as inquietações em relação à atividade da empresa Potássio do Brasil, no município de Autazes. Para ele, a construção do Protocolo de Consulta foi um grande avanço para o Brasil todo. “Eu desconheço outro caso no Brasil em que o empreendedor aceita fazer por conciliação e não por determinação judicial. Esse protocolo é um primeiro passo importantíssimo porque o protocolo não é apenas para esse caso. É para qualquer caso, qualquer empreendimento, qualquer tipo de impacto que envolva o povo Mura”, observa Merlotto.

“Uma coisa importante é que nós nos apresentamos para o governo e dizemos como queremos conversar com ele e não ele dizer como conversar com a gente”, comemora Jeremias Barbosa Mura, coordenador da Organização Indígena Mura do Careiro da Várzea (Olimcv).

## Antecedentes

Em 2009, a empresa Potássio do Brasil Ltda, com sede em Belo Horizonte (MG), subsidiária da Brazil Potash Corporation, sediada em Toronto, no Canadá, iniciou a prospecção mineral na região de Autazes, que fica a 113



O povo Mura há décadas luta pelo direito de viver em seu território tradicional enfrentando a invisibilidade e as invasões

Durante um ano e meio, as aldeias do povo Mura estiveram envolvidas na elaboração de um Protocolo de Consulta. A iniciativa resultou de uma decisão judicial iniciada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF)



Audiência com o MPF, para estabelecer o Protocolo de Consulta, ocorreu na Terra Indígena para ouvir o povo Mura, não apenas as lideranças

quilômetros em linha reta de Manaus. Ali a empresa passou a ser detentora dos direitos de pesquisa e exploração de um desses depósitos de *silvinita*, mineral do qual se extrai o potássio utilizado na fabricação de fertilizantes.

Pesquisas ali realizadas indicavam a existência de uma jazida com potencial de suprir de 20% a 30% de todo o potássio que o Brasil necessita nos próximos 30 anos. A área de exploração atingiria os municípios circunvizinhos de Autazes, como Nova Olinda do Norte, Borba, Careiro e Itacoatiara.

Em entrevista ao Portal da Spot Consultoria, em abril de 2013, um dos dirigentes da Potássio do Brasil anunciava que “se for confirmada, a reserva oferecerá 500 milhões de toneladas e deverá colocar o Brasil como terceiro maior produtor de cloreto de potássio do mundo, atrás apenas do Canadá e da Rússia”.

De acordo com informações veiculadas pela imprensa de Manaus, entre 2009 e 2010 os investimentos em prospecções geotécnicas realizadas no local foram de aproximadamente R\$ 180 milhões, somente na fase de pesquisa. O montante a ser investido girava na casa de R\$ 4,5 bilhões.

A euforia com os resultados do empreendimento pode ser uma das causas da pouca atenção dada pelos empresários e por órgãos governamentais. Some-se a isso o fato de que os Mura têm sido invisibilizados, ao longo dos anos, pelo Poder Público local quando se trata de reconhecer seus direitos e atender às demandas das aldeias.

Em julho de 2015, o Governo do Estado Amazonas concedeu licença ambiental prévia à empresa Potássio do Brasil para o início da atividade de exploração mineral. A atividade, classificada como estratégica para a economia do Estado, não considerou o direito das populações indígenas à Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme preconizado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil passou a ser signatário em 19 de abril de 2004.

O governo estadual, por meio do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), promoveu, em 24 de março de 2015, a primeira audiência pública obrigatória para discutir o licenciamento ambiental de interesse da Potássio do Brasil para exploração da *silvinita*. No dia seguinte, na aldeia Urucurituba, no Centro Social João Soares Ferraz, foi realizada a segunda audiência pública.

Sem a participação do tuxaua local na composição da mesa de apresentação, os indígenas foram invisibilizados mais uma vez, mesmo a despeito de terem algumas de suas terras afetadas diretamente pelo empreendimento e uma grande parte na zona de impacto. Na ocasião, indígenas e não indígenas fizeram questionamentos aos componentes da mesa sobre possíveis impactos, mas não tiveram respostas.

Os discursos eloquentes dos defensores da exploração exaltavam o número de empregos que seriam gerados, os benefícios para o município e o desenvolvimento que proporcionaria ao Estado.

## Resistência

No dia 19 de abril deste ano, Dia do Índio, os Mura promoveram uma marcha histórica pela cidade de Autazes. Mais de mil indígenas de diversas aldeias dos municípios de Autazes e Careiro da Várzea caminharam pelas avenidas mostrando que existem e resistem. Faixas e cartazes deixavam claro que a mineração não é bem vista nas aldeias.

Até chegar este momento, porém, eles percorreram um trajeto tortuoso onde predominava desinformação e a ideia de que eles só teriam a ganhar com a exploração mineral. Muitas lideranças aderiram de pronto ao discurso oficial de que só haveria benefícios.

“Quando eu iniciei o trabalho com os Mura, em 2015, já estava posto essa questão da mineração e havia a concordância de muitos indígenas de muitas aldeias”, lembra a missionária Edina Margarita Pitarelli, que atua junto aos Mura pela equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). “Eles não tinham conhecimento sobre o que era mineração. Estavam ludibriados de que haveria empregos, haveria compensações que pudesse satisfazer as necessidades de um povo que se encontrava à margem da sociedade pelo abandono do próprio Estado”, relata.

O antropólogo Bruno Walter Caporrino também percebeu o apego de parte das lideranças do povo Mura ao discurso predominante favorável a atuação da empresa mineradora. “Lembro-me da primeira oficina lá em Moiray para falar da Convenção 169, de consulta prévia, etc. No fundo da sala tinha uns 50 Mura que estavam super a favor do empreendimento. Eles se colocavam contrários ao protocolo porque associavam que protocolo é dizer não”, relata Bruno. “Aí eu fui dizendo que protocolo não é dizer não. É dizer sim, não, talvez, é organizar a tomada de decisões para legitimá-la, etc. Esses Mura foram se chegando e sentando nos bancos. Ali eu fiquei satisfeito de ver que íamos conquistando mesmo os setores mais contrários”, conta ele.

A missionária Edina Pitarelli lembra também que somente depois de alguns meses atuando em área, sem conseguir espaço para discutir com as lideranças o tema da mineração, uma reunião de mulheres mudou o cenário pessimista: surgiram os primeiros questionamentos sobre as consequências das atividades da mineradora. A partir dali, o tema ressurgiu com força e provocou uma reação mais rápida por parte dos indígenas.

Em 2016, na aldeia Ponta das Pedras, mais de 200 pessoas de várias aldeias de Autazes e Careiro se reuniram e apresentaram para o procurador Fernando Merlotto suas preocupações quanto aos efeitos da atividade minerária. Alguns relatavam a destruição dos locais sagrados onde tinham sido enterrados seus ancestrais e problemas com o surgimento inesperado de um grande número de trabalhadores de fora e aumento no tráfego de veículos pesados.



Fotos: J.Rosha/Cimi Regional Norte I

**Professora Maria Mura participou de todo o processo de formulação do Protocolo de Consulta tratando de sua importância na escola e entre as mulheres Mura**



**Para o tuxaua Cleber Mura, a conquista do protocolo é uma resposta àqueles que acreditavam que a Terra Indígena era terra de ninguém**

O MPF constatou a ausência da consulta assegurada pela Convenção 169 da OIT e, com base nisso, buscou entendimento com a empresa para que a determinação legal fosse observada. Em dezembro de 2016, entrou com Ação Civil Pública (ACO), que tinha por objetivo “a concessão de provimento jurisdicional que declare a nulidade da Licença Prévia nº 54/15, emitida pelo IPAAM, a qual autoriza a realização de estudos de viabilidade ambiental para exploração de silvinita e instalação de estrutura rodoviária e portuária no município de Autazes, por meio do chamado Projeto Potássio Amazonas, da pessoa jurídica Potássio do Brasil”.

“Nós buscamos todos os meios possíveis para um acordo antes de judicializar”, destaca o Procurador Fernando Merlotto. Em março de 2017, atendendo à Ação Civil Pública do MPF, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara da Justiça Federal, propôs

um acordo para a realização da elaboração do Protocolo de Consulta e da consulta, propriamente dita, que deverá acontecer após a realização de audiência pública para apresentação do documento final homologado pela assembleia indígena realizada em Murutinga.

## Esperança

“O Protocolo é a nossa trincheira principal na defesa do território e em todos os sentidos: na questão da saúde, da educação. É muito importante na questão da participação da comunidade”, diz o coordenador da OLIMCV, Jeremias Barbosa. A professora Maria José Marques da Silva, da aldeia Trincheira, será importante “futuramente para não deixar que os brancos entrem de qualquer jeito nas nossas terras”. A professora diz que antes desse trabalho, que envolveu grande parte das aldeias do povo Mura, os empreendimentos entravam e os indígenas só tinham conhecimento em cima da hora, sem tempo necessário para que eles conhecessem todos os aspectos envolvidos. Ela diz que “o Protocolo vai servir para isso: para que eles venham primeiro falar com o nosso povo e depois o empreendimento entrar, se for de nossa competência para aceitar”.

Os termos do Protocolo de Consulta do povo Mura vão além da discussão em torno da exploração mineral a ser realizada pela Potássio do Brasil. Abrange todos os empreendimentos que tenham os territórios desse povo como objeto de exploração ou realização de obras por particulares ou pelo Poder Público. Estabelece ainda a necessidade de a comunidade ser consultada até sobre iniciativas propostas por suas lideranças, tirando da figura do tuxaua a exclusividade de decidir sobre o que pode ou não pode ser feito.

A participação dos indígenas nessas tomadas de decisão foi uma das dificuldades apontadas durante as oficinas realizadas ao longo desses 18 meses. Cleber de Almeida Prado, professor e tuxaua da aldeia Terra Preta da Josefa, conta que “nós sentimos grandes dificuldades porque o nosso povo Mura, principalmente aqui de Autazes, estava acostumado de um jeito. Estava acostumado de quando a gente sabia já tinha acontecido, tinham vendido terra, tinha feito a abertura de ramal, já tinham tomado a decisão sem

consultar as comunidades”. Para ele as mudanças vão acontecer paulatinamente e serão muito significativas.

O resultado do trabalho junto às aldeias de Autazes e Careiro da Várzea mostra resiliência e a habilidade dos indígenas em se apropriar de coisas novas e de pensar coletivamente. “A coragem deles de enfrentar problemas muito difíceis de abordar como, por exemplo, o papel dos tuxauas, é belíssima depois de passar por tudo que passaram”, diz o antropólogo Bruno

“Uma coisa importante é que nós nos apresentamos para o governo e dizemos como queremos conversar com ele e não ele dizer como conversar com a gente”

**Jeremias Barbosa Mura**

Walter Caporrino.

“Para mim, o trabalho do Cimi realizado nesses quatro anos nas aldeias e o Protocolo promoverá uma mudança enorme na vida dos Mura. Eles já têm muito mais autonomia, muito mais protagonismo, muito mais conhecimento, muito mais articulação entre eles, entre as aldeias, já há um movimento que consegue se organizar e ir para onde quer”, observa Edina Pitarelli. “Eu vejo que tudo isso contribuiu enormemente para que os Mura pudessem ser Mura. A partir de todo esse trabalho, que a gente foi fazendo nas aldeias, e das oficinas do protocolo, eles começaram a discutir a questão da cultura, eles começaram a pensar o território, começaram a enxergar o problema das invasões, o futuro das aldeias ameaçado, a questão da sobrevivência física e cultural que não daria mais para ter nas condições em que eles estavam”, acrescenta. A missionária conclui afirmando que “os Mura estão em condições de tomar as decisões e fazer os enfrentamentos que necessitam para defender a sua sobrevivência física e cultural e também das futuras gerações”. ♦



**Depois de realizada as rodadas de construção do protocolo nas aldeias, a Justiça Federal firmou durante audiência com indígenas, Estado e empresa de mineração**

# Tem Veneno no Conflito - Águas Tapirapé

Na segunda e última parte da reportagem especial publicada pela Agência Pública, pesquisadora revela o alarmante resultado de seus estudos: os indígenas Tapirapé estão sofrendo com a deriva dos agrotóxicos especialmente pela contaminação dos córregos

Por **Julia Dolce**, para a Agência Pública

**P**olyana Rafaela Ramos, professora do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), é mestre em ciências ambientais e, em sua dissertação, estudou as práticas agrícolas do povo Tapirapé. Segundo ela, os indígenas estão sofrendo com a deriva dos agrotóxicos especialmente pela contaminação dos córregos. “Não temos estudos que comprovem, até porque estudos que buscam indícios de agrotóxicos são caríssimos e pouquíssimas universidades hoje dispõem dos equipamentos necessários. Mas os córregos correm dentro da Luta e temos o etnoconhecimento, o relato da população, e prontuários médicos que dizem que pessoas tiveram intoxicação provavelmente causada por químicos na região, que coincidem com aplicações na região”, explica.

“A gente percebe o cheiro através do vento e aí dá sintomas de gripe. Mas temos fontes de ribeirão, que saem e entram no território. Todos os venenos vêm junto com a água, contaminam o lençol freático e também podem prejudicar, mesmo futuramente, a saúde do nosso povo”, diz o cacique Kamoriwai’i Elber Tapirapé, que acompanhou a reportagem da Pública em uma visita de dez dias às aldeias.

O cacique conta que há cerca de dois anos os Tapirapé procuraram a fazenda Luta para pedir que as aplicações fossem feitas mais longe da fronteira com a Urubu Branco. “Falaram que eles jogam, mas não é problemático para o ser humano, que é só pra matar insetos que dão na lavoura”, diz Kamoriwai’i, que continuou preocupado. “A gente tem conhecimento que muitos estudos mostram como eles prejudicam o ser humano. Sabemos que muitas vezes não é imediato, leva tempo.”

Para os pajés, os primeiros a serem procurados pelos Tapirapé quando adoecem, a contaminação da água já está prejudicando a saúde das pessoas. Enquanto nos explica como cura seus pacientes, fumando e passando as mãos sobre eles, Marlene Tapirapé, pajé de 48 anos, diz devagar em português: “O branco joga lixo dentro da água e a água faz mal para a pessoa. A pessoa chega ruim do rio, dá dor de barriga. Antigamente não era assim não, agora o branco tá perto e tá trazendo mais doenças. Quando eu não sei a cura para o mal dos brancos, mando para o hospital”, diz. Marlene e seu filho Namoré, também pajé, vivem na aldeia Wiriaotawa, que fica bem próxima ao rio Tapirapé.

O agente de saúde indígena Arawy’i Jackson Tapirapé, que trabalha há 13 anos no posto da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) na Urubu Branco, conta que as principais doenças que acometem os cerca de 800 moradores da TI são resfriados e diarreia – o que, segundo ele, é resultado do aumento do consumo de produtos industrializados pela população indígena e do contato com água contaminada. “Tudo ao redor das aldeias é plantação de soja e milho com agrotóxicos, isso nos afeta muito. Muitos produtos são jogados, caem no rio Tapirapé, os peixes consomem e nós consumimos os peixes. Nos contaminamos também indiretamente”, explica, acrescentando que os principais afetados são idosos e crianças.

A Secretaria de Saúde de Confresa não respondeu às inúmeras tentativas da reportagem de ter acesso a laudos de intoxicação por agrotóxicos. Dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, publicados pelo site Por Trás do Alimento, uma parceria entre a Pública e a Repórter Brasil, porém, mostram que entre 2014 e 2017 todos os 27 agrotóxicos testados pelo órgão foram detectados na água que abastece Confresa. A água da cidade é abastecida

“A gente percebe o cheiro através do vento e aí dá sintomas de gripe. Mas temos fontes de ribeirão, que saem e entram no território. Todos os venenos vêm junto com a água”

diz o cacique  
**Kamoriwai’i Elber Tapirapé**



pelo córrego Cacau, que cruza a fazenda Luta. Além disso, 19 agrotóxicos foram detectados acima do limite considerado seguro na União Europeia, entre eles, justamente, o glifosato.

## Produtores quebrados

Confresa é repleta de lojas de produtos agrícolas e revendedoras de insumos – é a soja que fez a população, atualmente de 30 mil habitantes, aumentar 4,7% ao ano, uma das maiores taxas de crescimento urbano do estado. A cidade funciona como dormitório para os caminhoneiros que, com o asfaltamento da BR-158, conhecida como uma das estradas da soja, aguardam para levar o produto para o porto de Itaqui no Maranhão, de onde é exportado.

Trata-se de um ciclo de desenvolvimento que não beneficia a população local, como observa o padre Alex. “Há o asfaltamento da BR-158, a chegada do linhão da energia elétrica. Isso, claro, é desenvolvimento para a região, mas vem dentro de uma lógica que não é para ligar cidades ou favorecer as populações que aqui habitam, mas em uma estrutura voltada para a soja. E o agronegócio das monoculturas em grande escala é voltado para a exportação, sobretudo para a China e para os Estados Unidos”, explica.

A reportagem conversou com Matheus Simões, funcionário da revendedora de agrotóxicos Brasil Rural, cuja principal parceira é a Bayer, antiga Monsanto. A loja, montada há três anos e meio, é uma das pioneiras no município. De acordo com Simões, só no ano passado foram abertas outras oito revendedoras de agrotóxicos na cidade; e no primeiro semestre deste ano, mais duas. O vendedor disse que, entre os herbicidas, o glifosato é o mais vendido. Patenteado pela Monsanto nos anos 1970, o produto já foi relacionado ao desenvolvimento cancerígeno por uma série de pesquisas ao redor do mundo. Apenas nos Estados Unidos, a Bayer já soma mais de 18 mil processos contra o uso de glifosato.

A aplicação por aviação agrícola de alguns herbicidas, como o 2,4-D, que costuma ser aplicado em conjunto com o glifosato, é proibida no Brasil. A pulverização aérea de agrotóxicos permitidos também é restringida a menos de 500 metros de povoações e 250 metros de rios e áreas de mananciais, o que é considerado insuficiente para garantir a saúde da população, segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que defende a proibição da pulverização aérea em todo o país.

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do estado, no último mês de abril, o médico Wanderlei Pignati, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisador da Abrasco, apresentou um dado

Os Tapirapé procuraram a fazenda Luta para pedir que as aplicações fossem feitas mais longe da fronteira com a Urubu Branco, mas os proprietários alegaram que não faz mal à saúde

impressionante: a exposição ao agrotóxico no Mato Grosso é quase dez vezes maior do que a média nacional, de 7,3 litros por pessoa. Pignati conduziu uma pesquisa no município de Lucas do Rio Verde (MT), entre 2007 e 2014, cujo resultado apontou a presença de agrotóxicos até mesmo no leite materno. Um mês depois dessa audiência pública, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso deu parecer contrário ao Projeto de Lei 484/2019, que propunha a proibição da pulverização aérea

no estado. Segundo dados da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), mais de 30% da área plantada com soja no MT utiliza aviação agrícola, e o estado possui a maior frota de aeronaves agrícolas do país, 494 unidades ao todo. Enquanto isso, os agricultores familiares continuam sofrendo com o uso abusivo – quando não mal-intencionado, como denunciou o padre Alex – dos agrotóxicos. Para o agricultor Russo, por exemplo, a perda da produção por anos consecutivos acarretou na impossibilidade de continuar a pagar o tratamento de sua filha Cátia, de 27 anos, que ficou tetraplégica em um acidente de ônibus em 2008. A indenização da viação Xavante até hoje não foi recebida pela família. “Se não me atrapalhar, eu tiro até R\$ 100 mil no ano. Mas os anos que eu mais produzi, que mais ia crescer, eles me derrubaram. Fiquei quase um ano sem colher. Gastava R\$ 3.500 por mês com o tratamento dela em Cuiabá, tava difícil eu trabalhar e pagar pra ir lá visitar. Tô quebrado, não tem saída. Agora ela faz tratamento aqui no hospital de Confresa”, lamenta. Seu irmão, o apicultor Silvestre, também perdeu sua maior fonte de renda: a produção de mel, que chegava a 2 litros de mel por colmeia/ano.

Silvestre, Valdiva e outros agricultores familiares estão participando de um curso de agroecologia promovido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Confresa, em parceria com o IFMT, para assentados e indígenas. Em uma visita à TI Urubu Branco, Valdiva constatou que os prejuízos unem indígenas e agricultores familiares. “Todas as nações que estão aqui, fazendo todos os tipos de agricultura familiar, tão sendo punidas do mesmo jeito. Para nós, o veneno é um fracasso”, diz. ♦

# Da luta dos Tapirapé à Amazônia em chamas

Por Luiz Alberto Gomez de Souza, sociólogo e escritor

Tenho acompanhado a história dos Tapirapé e o belo trabalho junto a eles das Irmãzinhas de Jesus, numa presença de testemunho e de animação. Na entrada de minha casa coloquei uma máscara tapirapé, que reproduzo. E leio sobre sua luta atual no IHU de hoje (23/08/19), transcrevendo notícia de uma reportagem em *A Pública*.

Os Tapirapé, nome pelo qual é conhecido o povo indígena Apyãwa, estão cansados de esperar a lei dos brancos. Há 16 anos eles aguardam a Justiça expulsar aqueles que desmatam seu território, a Terra Indígena (TI) Urubu Branco, em Santa Terezinha e em Confresa, cidades mato-grossenses na prelazia de São Félix, cujo primeiro bispo foi Pedro Casaldáliga. Agora, o “povo de bom comportamento” – tradução literal do tupi-guarani Apyãwa – quer resolver com as próprias mãos o crescente desmatamento no território de 168 mil hectares.

É o que conta o cacique-geral da TI, Kamoriwai'i Elber Tapirapé: “O desmatamento compromete toda nossa cultura. Mesmo comunicando a todas as autoridades, ele já acontece há anos”.

O respeito pela Justiça brasileira rege a estratégia dos Tapirapé, mas está cada vez mais difícil acalmar a ansiedade dos jovens, que assistem à destruição da floresta, enquanto os fazendeiros travam uma batalha judicial de quase duas décadas para permanecer criando gado e são cada vez mais numerosos os que derrubam a floresta de transição entre cerrado e a Amazônia que compõe a Urubu Branco. Já se ouve o som das motosserras na aldeia principal, a Tapitãwa.

Ao longo da última década, as lideranças Tapirapé sofreram uma série de ameaças de morte e tentativas de homicídio, que atribuem aos fazendeiros e posseiros que ocupam a área norte da Urubu Branco.

*A Pública* testemunhou o clima de desespero entre os Tapirapé com a rapidez do desmatamento em contraste com a morosidade da Justiça. A memória da quase extinção do povo ainda é vívida na Urubu Branco. Em meados do século 20, após o contato com doenças dos não indígenas e guerras com outros povos originários, a população local chegou a se reduzir a 40 pessoas. A recuperação do povo, hoje com 800 moradores na TI, está diretamente ligada à reconquista do território, o que não é bem compreendido pelos não indígenas, como diz Kaoreweyi Reginaldo Tapirapé, ex-cacique e presidente da Coordenação de Organizações dos Povos Indígenas Apyãwa. Mas também, como indiquei no início, graças ao trabalho das irmãzinhas de Jesus.

Muita gente pergunta para que o índio quer terra. “Açam que isso atrapalha o desenvolvimento”, conta seu líder. “Não entendem como os povos indígenas usam a terra. A terra é o principal regulador da humanidade, é dela que tiramos toda nossa vida”. Como explicou o professor Nivaldo Korira'i Tapirapé, em uma aula sobre aquecimento global para jovens do primeiro ano do ensino médio na Escola Estadual Indígena Tapitãwa, alguns brancos pensam somente no presente. “Nós, povos indígenas, pensamos no presente e no futuro”.

Essa luta heróica dos Tapirapés se inscreve no gravíssimo problema mais global das queimadas da área amazônica. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que monitora por satélite a região, denunciou que só em julho deste ano 2.253 Km<sup>2</sup> de florestas foram destruídas pelo fogo. Para o Programa Queimadas do INPE, houve um aumento de 83% no número de incêndios florestais no Brasil entre 1º de janeiro e 1º de agosto de 2019, período do novo

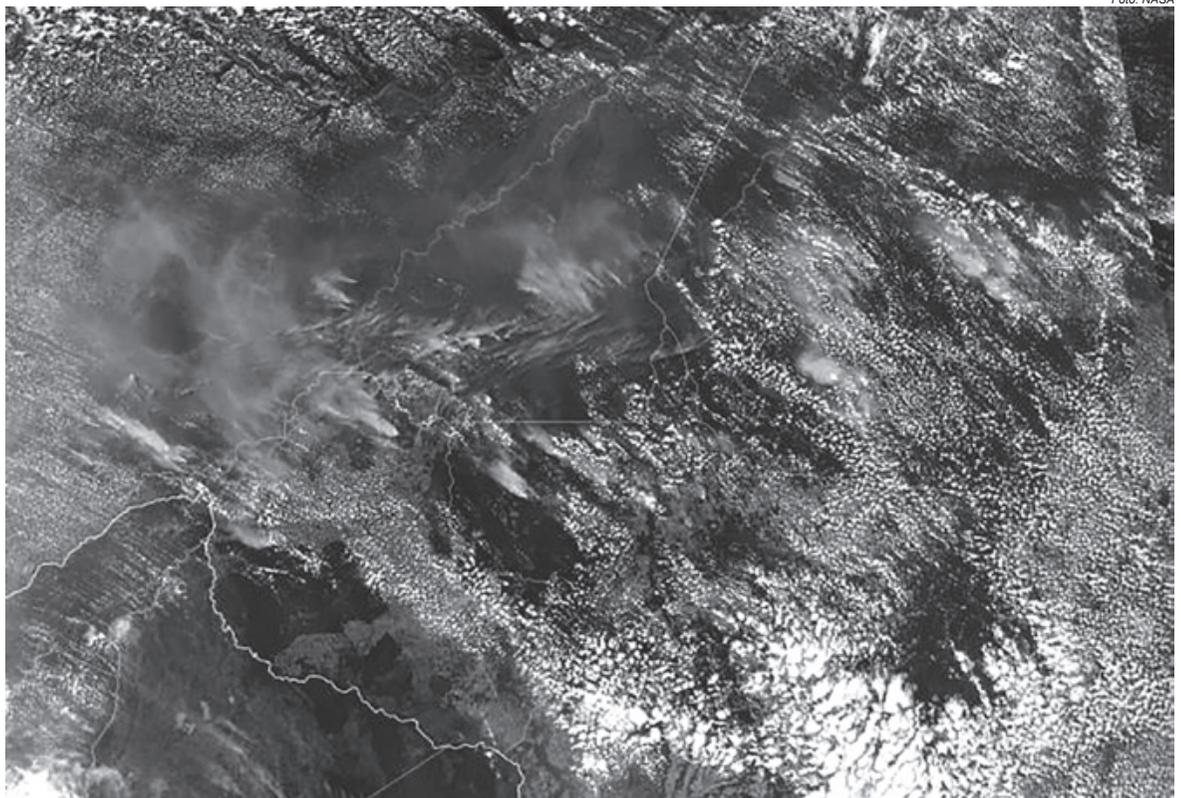


Imagem vista do espaço, capturada por um satélite da Nasa, mostra a queimada na Amazônia avançada pelo continente

governo, saltando de 39.759 para 72.843 queimadas.

Um alerta internacional foi acionado. O presidente da França, Emmanuel Macron, convocou uma reunião de emergência do G7 para tratar do problema. Alemanha e Noruega se propõem cortar a ajuda à Amazônia. Outros países latino-americanos estão preocupados. A fumaça das queimadas pode chegar à Argentina (ela já cobre São Paulo). O presidente argentino se comunicou com seu amigo brasileiro, para acompanhar possíveis medidas de emergência. O acordo de livre comércio entre Europa e América Latina corre perigo.

Como reagiu num primeiro momento o presidente Bolsonaro? Começou demitindo o diretor do INPE, Ricardo Galvão, acusando-o de mentir sobre o aumento do desmatamento. Chegou mesmo a declarar que não

Em países do mundo inteiro e em muitas cidades do país, se realizaram grandes manifestações de repúdio ao governo Bolsonaro

existia desmatamento, no que Galvão retrucou: “isso é uma piada de um garoto de 14 anos, que não cabe a um presidente da república dizer”. E Bolsonaro lançou a tresloucada afirmação de que as queimadas seriam provocadas pelas ONGs ambientalistas, “para chamar a atenção”. Teve de amenizar sua irresponsável

declaração por absoluta falta de provas: “pode estar havendo, não estou afirmando, ação criminosa desses ‘ongueiros’”. Também acusou o presidente francês de estar interessado em pôr a mão nos recursos da região. E seu estabonado e ignorante filho Eduardo, candidato a embaixador, numa prova de sua espessa incompetência como diplomata, chamou Macron de idiota! Este declararia mais adiante que Bolsonaro mentira, no encontro que tiveram na reunião do G12, sobre seu apoio ao acordo União Europeia/ América Latina.

Em países do mundo inteiro e em muitas cidades do país, se realizaram grandes manifestações de repúdio ao governo Bolsonaro.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e mais de cem entidades, lançaram nota dizendo que “Bolsonaro

desmontou e desmoralizou a fiscalização ambiental, deu inúmeras declarações de incentivo à ocupação predatória da Amazônia e de criminalização dos que defendiam sua conservação”.

Diante da enorme repercussão internacional, Bolsonaro convocou uma reunião de emergência, reunindo um bando de burocratas que até então vinham negando o problema e esta noite, dia 23, se dirigiu ao país em cadeia nacional.

Na fala, lendo o teleprompter num tom monocorde, de quem, sem hábito de leitura, escande palavra por palavra, mudou de tom. Indicou que a proteção da Amazônia é dever de todos, defendendo a biodiversidade e os recursos naturais. Afirmou que não basta a fiscalização destes, mas que há também que criar a oportunidade para o desenvolvimento da região. Para conter o avanço das queimadas, que segundo ele são naturais nestes períodos, autoriza a ação das forças armadas, desde que solicitada pelos governos estaduais. Criticou os que espalham dados alarmistas dentro e fora do país, produzindo desinformação. Mencionou, sem comentar, a existência de possíveis sanções internacionais e defendeu o acordo ente a União Europeia e a América latina. Porém não saiu de generalidades.

Vale ver a reação em meios de comunicação normalmente favoráveis a ele. No Globo News Guga Chacra, respondendo ao patético ministro de relações internacionais, que afirmara tratar-se de ações de esquerdistas para atacar o ocidente, diria que, pelo contrário, o Brasil é que se tornara pária no ocidente. O Jornal Nacional, termômetro da situação, dedicou enorme espaço à crise e às reações pelo mundo afora.

Aumenta assim o desgaste deste governo. Poderá cair, ou manter-se cada vez mais enfraquecido, prisioneiro à custa de compromissos com os poderes reais que o cercam? Pode prosseguir numa política subversiva e de entrega de empresas em privatizações ao gosto do ministro Guedes. O custo para o futuro será altíssimo. Diante desse desastre quero trazer, uma vez mais, a incômoda pergunta: quando poderá surgir uma oposição unida, como alternativa concreta de outro projeto histórico? ♦



Indígenas Tuxá às margens do rio São Francisco, na retomada de Zurubabé: ao fundo ficava a ilha, agora submersa

# O levante do povo Tuxá de Rodelas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

O Sertão está em tudo. A sentença de Guimarães Rosa, estabelecida logo no início de o Grande Sertão: Veredas, vem sendo cumprida pelo povo Tuxá de Rodelas, na Bahia, há quase um século. Seja sob o calor e a luz, ou à noite fresca com o silêncio rabiscado pelo vento nos galhos secos, o Sertão é a casa invadida destes indígenas - e de tantos e tantos outros. Melhor dizendo, se o Sertão está em tudo, está também naquilo que a colonialidade o tenta converter, para além das imagens estereotipadas de miséria e atraso: um espaço definitivo de concentração de injustiças, desmandos estatais e resistência. Os povos indígenas do Sertão são, antes de tudo, fortes. E se é verdade que o Sertão está em tudo, a prova está no fato de que o povo Tuxá de Rodelas nunca quis outro destino a não ser o de viver em sua terra tradicional sertaneja, às margens do rio São Francisco, tendo no fundo dessas águas o que hoje é um conjunto de ilhas submersas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Itaparica, chamada de Gonzagão, fazendo divisa fluvial com Pernambuco.

Antes da chegada da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) à região de Rodelas (BA) e Itacuruba (PE), na tortuosa reta final da ditadura militar, no começo da década de 1980, cidades que tiveram as antigas sedes também inundadas, os Tuxá viviam na Ilha da Viúva e no continente. Viviam, ocupavam e transitavam pelas ilhas e por um amplo raio de pertencimento naquilo que por vezes chamam de terra firme. No decorrer do processo de colonização do Sertão foram perdendo seus espaços, incluindo as ilhas. O capitão João Gomes Apako Caramuru Tuxá, por volta de 1914, caminhou até o Rio de Janeiro, junto com uma delegação do povo, para encontrar com o Marechal Cândido Rondon, fundador do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Os indígenas levaram a Rondon a situação de esbulho de suas terras e reivindicaram o retorno imediato à Ilha da Viúva, que compunha um arquipélago de ilhas, 32 no total. Rondon os tendeu e para a Viúva os Tuxá retornaram com moradias, plantações, criações de animais e para as práticas rituais e religiosas do povo. "Tinha quem morava nas ilhas e quem só fazia trabalhar nelas, plantando e colhendo. Parte da minha família morava na ilha da Viúva, meu avô, capitão João Gomes Apako, viva nela", lembra o pajé Armando Apako Caramuru Tuxá.

Entre estas ilhas estava a de Zorobabel. "Era a aldeia antiga nossa, ficava lá. Meus tios, meu avô, falavam muito dela e dessa aldeia. Zorobabé era um local sagrado pra gente. Tinha terreiro nela, a nossa ciência", diz o pajé.



Seu Bidu Tuxá: "Nosso povo foi valente porque perdemos tudo com a barragem. Rapaz, tudo mesmo. De ficar sem ter o que comer, sem ter onde plantar. Teve gente que morreu de tristeza"

Quando, em 1987, as ilhas foram evacuadas para dali a um ano serem engolidas pela barragem, a Ilha da Viúva fixou no continente 89 famílias Tuxá. A elas a Chesf delimitou uma área de 33 hectares. Dezenas de outras partiram para longe da desolação apocalíptica, em busca de um destino insondável. Mas as promessas da Chesf iam além: uma nova terra seria adquirida para os Tuxá e um recurso mensal seria destinado a estas famílias até dois anos após ao reassentamento nas terras compradas, que se converteriam em uma reserva indígena de proteção Federal e usufruto exclusivo. Tais terras nunca foram entregues aos Tuxá e quando os recursos compensatórios passaram a ser pagos, as famílias tinham aumentado para 200, dado o considerável atraso de quase dez anos. "A luta era pelas terras que a Chesf tinha que adquirir e pelos recursos porque a Chesf queria pagar só para 89 sem considerar que o atraso fez a quantidade de famílias aumentar. Então desde (José) Sarney chegando até a Dilma lutamos por essas demandas", explica Sandro Tuxá, uma das mais destacadas lideranças indígenas do país que recém saído da adolescência, na década de 1990, passou a conviver com ícones indígenas do Nordeste como Xikão Xukuru, Girleno Xocó, Maninha Xukuru-Kariri e Nailton Pataxó Hã-hã-hãe, nas caminhadas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne).



O pajé na retomada com a foto da delegação Tuxá no SPI, na cidade do rio de Janeiro, tirada pelo próprio Rondon

O Tuxá explica que apesar de toda luta para que a Chesf cumprisse com as mitigações, houve uma certa acomodação do povo. O que se mostra como um paradoxo porque os Tuxá conseguiram aumentar em mais de 70 hectares a Aldeia Mãe, na cidade Rodelas, lugar de reafirmação do povo após a diáspora da Ilha da Viúva, além de um ponto na Lei Orgânica de Rodelas de que o município respeitaria a territorialidade e demandas Tuxá, afinal a cidade foi reerguida na parte continental do território tradicional. "Na verdade o que eu quero dizer é que não fomos brigar pelo território tradicional Tuxá junto à Funai. Exigir um Grupo de Trabalho para a demarcação física da nossa terra, não apenas essas terras que a Chesf nunca comprou", explica Sandro Tuxá. Na primeira década do século XXI, porém, os Tuxá passaram a exigir a demarcação do território, além da terra a ser adquirida como mitigação pela inundação causada pela barragem. "Passamos a reivindicar um GT, não apenas as terras da compensação pela usina. Em 2003, quando fomos reivindicar a devolução do acervo arqueológico Tuxá, recolhido pela Chesf antes da inundação, e que estava espalhado na Uneb (Universidade estadual da Bahia) e UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), veio a realidade pra gente e então pensamos: por que não reivindicamos o território todo?".

A partir de então os Tuxá passaram por um período "de pensar como íamos fazer isso, quais estratégias, ani-



→ Rodelas como de aquisição, de interesse da União, para que enfim o Estado pagasse a dívida histórica aos Tuxá. O decreto não saiu do papel. A presidente Dilma Rousseff reeditou o decreto. Os ocupantes das terras toparam a indenização e quando desta vez parecia que a reserva seria criada, alguns ocupantes da chamada Volta do Penedo entraram junto ao STF com um pedido de efeito suspensivo por liminar e foram atendidos pelo ministro Gilmar Mendes. São 222 famílias cadastradas para essa área que aguardam, em situação de confinamento na Aldeia Mãe, na retomada de Zorobabel e espalhadas pela periferia de Rodelas, um desfecho que se arrasta há mais de três décadas.

### Ameaças e tentativas de reintegração

A Justiça Estadual da Bahia decidiu pela reintegração de posse e o despejo dos Tuxá da retomada de Zorobabel. “Fomos surpreendidos, mas permanecemos na terra tradicional. Decidimos não sair e tomar as medidas cabíveis”, afirma o advogado Izaraty Tuxá. No despacho da Justiça, publicada no dia 22 de novembro de 2018, o juiz José Carlos Rodrigues do Nascimento deu um prazo de 15 dias para que os Tuxá se manifestassem; do contrário, o despejo deveria ocorrer à revelia. Nesta ação, o grupo de impetrantes não indígenas reivindicam que estão na terra há 200 anos. Um completo despautério sem nenhum registro histórico confiável. Para os indígenas, a Justiça Estadual também “não tinha competência para atuar num caso que é de exclusividade da Justiça Federal. Comunicamos o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Advocacia-Geral da União (AGU)”, diz Dinamã Tuxá, da coordenação da Apib.

Izaraty explica que conforme a decisão, a área precisava ser desocupada imediatamente, com multa de R\$ 1 mil por dia de permanência e uso de força policial autorizado. “O juiz alegou que a área é altamente produtiva, com pastos e plantações, o que é mentira”. Para o Tuxá, a decisão tentou se aproveitar da conjuntura com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência e um governo que seria empossado desfavorável aos direitos dos povos indígenas. “Sempre aqui na cidade os Tuxá eram mal vistos pelos não indígenas. Tinha sempre umas confusões. Eu mesmo já parei na delegacia me pegando na porrada pra defender meu povo. Então sempre tentaram nos negar, dizer que não tínhamos direitos a nada. Hoje em dia os tempos são outros. Fui estudar Direito pra justamente trazer pro meu povo esse entendimento”, diz Izaraty Tuxá.

O indígena pertence a um dos 11 clãs do povo. Estas famílias construíram um roteiro de ocupação da retomada que a mantém em pleno funcionamento e organização para o estabelecimento de uma aldeia do povo. Às margens do São Francisco, o acesso à retomada se dá em meio às dunas, usadas por bugueiros e outras práticas que degradam o



Mulheres Lavam roupa na margem do rio na ilha da Viúva



Plantações de todo tipo de cultura tomavam a ilha da Viúva levando abundância e autonomia ao povo

meio ambiente e os vestígios abundantes da ocupação ancestral daquelas terras pelos troncos velhos Tuxá. A aldeia é um corredor de casas feitas de madeira e palha. Essa espécie de rua chega até uma maloca maior, onde acontece as reuniões e rituais. À direita está a cozinha comunitária. Toda a aldeia é conotada pelo rio e suas margens pedregosas. Ao fundo, do outro lado do rio, é possível avistar a cidade de Itacuruba, já em Pernambuco, que também teve sua sede anterior inundada pela barragem. Nesta cidade estão os Pankará de Itacuruba, que também lutam pela demarcação de seus território.

Um dos indígenas que mais permanentemente ficam na retomada é o pajé Armando Apako Caramuru Tuxá. Na frente de sua casa na Zorobabel ele olha a tarde cair devagar. Seus olhos convidam ao mergulho numa memória

rica em detalhes de uma vida de abundância nas ilhas. “Quando íamos a Recife tratar qualquer coisa na Funai logo diziam quando avistavam nossa chegada: lá vem os índios ricos”. A ilha da Viúva era de fato sionismo de autonomia. “Quando saímos da Viúva, tinha uma senhora com 70 cabeças de gado. Vendia leite. Terminou a vida tendo que juntar dinheiro pra comprar leite na venda. Também recorde de uma cena que ainda me dói. Um pai tava com os filhos na rua. Passou um vendedor de bananas. As crianças pediram “pai, compra pra gente banana” e o homem só fez olhar pro lado, não tinha dinheiro. Na Viúva a gente alimentava até os porcos com banana porque fruta lá era de monte”. O pajé explica que com a Viúva o povo tinha renda com o comércio da agricultura, água boa, comida em abundância e não dependiam do Estado. Depois que saíram, a situação se inverteu: não tinha mais renda, tampouco terra, comida em abundância e passaram a depender do Estado. Não só isso.

“A terra que nós tinha era uma terra sagrada. A gente só fazia a cova e tudo brotava. Pra eu comer uma macaxeira ou um caroço de feijão hoje sou obrigado a tirar pedra pra plantar. Isso é uma coisa que tem hora que eu fico imaginando e me dói no coração... de como era nós e hoje tá nessa situação. Vivía tudo bem de saúde. Fico pensando muitas e muitas horas nessa criação nossa que está aí. Tanta criança sem os pais sem nada pra dar. Não terra pra plantar cebola, coco, macaxeira, banana. O que eu vai acontecer com essa criança? Daqui a pouco tão adulto e vão estar sem nada. O que é que vai acontecer com esse povo?”, questiona o pajé.



Casa destruída na ilha da Viúva enquanto ao fundo a água vai avançando



A saída dos Tuxá da Viúva foi melancólica levando alguns indígenas à tristeza e morte

Fotos: Acervo/Cimi-NE

## ENTREVISTA

# José Augusto Laranjeira Sampaio, antropólogo e integrante do GT Tuxá de Rodelas

**Qual era o contexto da demanda territorial dos Tuxá no período em que pela primeira vez você chegou ao povo? Você lembra o ano e o que te levou a eles?**

Ceguei pela primeira vez aos Tuxá em 1980, ainda como estudante de Ciências Sociais e parte de uma equipe coordenada pela Professora Maria Rosário Carvalho. Foi já uma iniciativa da Anaí, que havíamos fundado pouco antes, em dezembro de 1979, e o motivo da visita era já a perspectiva de transferência dos Tuxá em função da construção da hidrelétrica de Itaparica. Fomos avaliar como os Tuxá estavam encarando e vivenciando essa perspectiva e de que modo poderíamos contribuir com campanhas e mobilizações externas a respeito.

Como a perspectiva de transferência já era uma realidade, a demanda territorial dos Tuxá era, claro, por reassentamento justo, mas não havia ainda muita clareza sobre como nem onde poderia ser esse reassentamento.

Embora a Constituição vigente à época já reconhecesse o direito indígena à “posse permanente” e ao “usufruto exclusivo” das terras que habitam, não havia ainda, nem na jurisprudência, nem entre os pesquisadores do tema, nem no âmbito do então iniciante movimento indígena; muito menos no contexto do indigenismo oficial, nenhuma clareza sobre como identificar, delimitar e garantir essas Terras. Isso, como se sabe, só iria adquirir consistência e procedimentos técnicos e jurídicos relativamente estáveis de identificação e demarcação a partir da Constituição de 1988.

**Guga, você acompanhou a saída dos Tuxá da Ilha da Viúva. Como foram aqueles dois ou três anos do processo de retirada? Como o povo vivenciou o momento?**

Foram momentos extremamente dolorosos, não só pelas perdas territoriais e de referências culturais, afetivas e simbólicas; mas também pelo processo de ruptura do grupo, levado a se dividir em pelo menos duas grandes diferentes áreas de reassentamento (Rodelas e Ibotirama) e pela situação de profunda indefinição quanto ao seu futuro: os que ficaram em Rodelas sequer tinham, então



**José Augusto Laranjeiras Sampaio, antropólogo, professor e integrante da Anaí**

(como seguem não tendo até hoje), uma definição quanto à sua área de reassentamento; ao passo que os que optaram por ir para Ibotirama, uma terra estranha, não tinham nenhuma segurança quanto a quais seriam de fato suas condições de vida e de retomada de atividades produtivas nessa nova terra.

**Qual o perfil dos ocupantes não indígenas e das respectivas ocupações no território reivindicado pelos Tuxá?**

São, originalmente, parcelas da população não indígena também reassentada por força da barragem de Itaparica em grandes perímetros irrigados e também em áreas “de sequeiro” contíguas a tais perímetros. Entretanto, com o aquecimento econômico na região nas últimas décadas, sobretudo com a produção irrigada de coco, muitas dessas áreas foram transmitidas, por venda, a novos proprietários, ingressados mais recentemente na região, e, além disso, boa parte das áreas “de sequeiro” foram também ocupadas, “espontaneamente”, por novos ocupantes irrigantes, ainda que sem a devida transmissão formal e cartorial da parte dos seus detentores originais. Em síntese, praticamente toda a área está apropriada por terceiros e o dominante nessas apropriações são grandes perímetros irrigados para produção de lavouras comerciais, destacadamente o coco.

**Os Tuxá possuem um acervo arqueológico expressivo. Objetos encontrados nas dunas ao redor da**

**retomada de Zorobabel. Esse material é levado em consideração no procedimento demarcatório?**

Esse acervo, bem conhecido desde as prospecções arqueológicas realizadas por ocasião da construção da barragem e que contaram com a participação direta dos Tuxá, são muito importantes para eles simbolicamente, uma vez que são considerados e apropriados como testemunhos dos seus antepassados. Essa importância simbólica é, sim, tomada em consideração no procedimento demarcatório, mas isso não significa, como pensam alguns, que a simples presença de material arqueológico deva ser necessariamente interpretada como evidência da tradicionalidade da presença de um povo indígena contemporâneo naquele território. A “ocupação tradicional” é um fato do presente, ainda que referido a um passado, e precisa ser atestado em situação presente, e não a partir de evidências do passado remoto.

**Sobre a Ilha de Zorobabel, como ela aparece nas narrativas tuxá? E as demais ilhas, quais notas você citaria?**

Tanto nas narrativas dos Tuxá como em fontes históricas escritas, a ilha de Zorobabel era sede de um aldeamento missionário. A igreja do antigo aldeamento ainda estava parcialmente de pé quando da inundação da ilha pela barragem de Itaparica na década de 1980. Nas narrativas dos Tuxá, os indígenas que moravam na ilha deixaram de fazê-lo quando de uma grande enchente, que a inundou, ocasião em que se transferiram para Rodelas, que também já era uma missão e aldeamento dos Tuxá. Entretanto, nunca deixaram de frequentar Zorobabel nem de considerá-la como parte do seu território tradicional.

Sobre as demais ilhas, é certo que havia uma ocupação indígena contínua que se estendia por todas as muitas ilhas do submédio São Francisco, da cachoeira de Paulo Afonso, a jusante, até após o porto da Boa Vista (atual cidade de Santa Maria da Boa Vista). Especificamente no que diz respeito aos indígenas aldeados em Rodelas e seu entorno, essa ocupação se estendia, conforme dito, de Zorobabel até a ilha do Jatinã, em frente à atual cidade de Belém do São Francisco, abrangendo cerca de trinta ilhas.

**Guga, tomando como marco a ida dos Tuxá ao RJ para reivindicar junto ao SPI a Ilha da Viúva, são cerca de 100 anos de luta do povo. A gente pode definir como diáspora o que passou os Tuxá nessas idas e vindas, nesses deslocamentos forçados, de quase um século? Quais características você destaca no processo de luta territorial dos chamados índios rodeleiros?**

O processo de diáspora dos “rodeleiros” se inicia já logo após a implantação dos seus aldeamentos missionários a partir do final do século XVII, quando esses aldeamentos foram acossados pelos “curraleiros” da família Garcia d’Ávila e outras. Populações indígenas que vivem hoje nas serras próximas, como os Atikum e Pankará, são oriundos desses antigos processos de diáspora a partir dos aldeamentos às margens do São Francisco e em suas ilhas. A continuidade da presença indígena em Rodelas é resultado de um longo processo de resistência ao longo do qual não deixaram de haver muitos movimentos de diáspora e de retorno, como o havido, por exemplo, para adesão ao arraial de Canudos, já ao final do século XIX.

Quando empreenderam a sua célebre viagem ao Rio de Janeiro, em demanda do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), já no século XX, os Tuxá mantinham sua aldeia na então vila de Rodelas, mas já haviam perdido as ilhas, base de seu território agrícola, o que os obrigava a trabalhar em terras dominadas por seus invasores. A reconquista da Ilha da Viúva permitiu ao povo retomar, pelo menos parcialmente, uma base produtiva autônoma, o que voltaram a perder na década de 1980 com a construção de Itaparica, sem deixar entretanto de persistir em seu longo processo de resistência junto ao território sagrado de sua “aldeia mãe”. ♦



**Protesto dos Tuxá e apoiadores contra as ações da Chesf que levariam à inundação das ilhas do povo**

# Os Kumuã do Alto Rio Negro: especialistas da cura indígena

Um mergulho nas técnicas do bahsese (terapia ancestral), como os indígenas tratam as doenças e lutam para preservar seus conhecimentos tradicionais

Por Fábio Zuker, Amazônia Real\*

São Gabriel da Cachoeira (AM) – O pólo Base São José II, do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de São Gabriel da Cachoeira, está sem médicos desde que Cuba revogou a parceria com o governo brasileiro, em novembro de 2018. Foi uma resposta ao então presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), que desprezou a ajuda providencial dos profissionais cubanos. Esse centro de saúde atende à população indígena local e, às vezes, os enfermeiros precisam realizar viagens para comunidades ainda mais afastadas. Nelas, nem mesmo a comunicação por rádio funciona. Cercado por uma densa floresta amazônica, entremeada por corredeiras e lagos, o pólo localizado no médio Rio Tiquié fica a cerca de dois dias de viagem em lancha rápida da sede de São Gabriel da Cachoeira, município localizado no Alto Rio Negro, próximo da fronteira com a Colômbia.

Um cronograma pendurado na parede do pólo São José II indica uma intensa agenda de trabalho e de atendimento às comunidades. Ainda assim, esse esforço é alvo de críticas. “Essa saúde que vem de fora substitui o conhecimento indígena. Eles estão em um território indígena, mas não estão nem aí para o conhecimento dos indígenas”, afirma o Tukano Domingos Borges Barreto, que vive em São Gabriel da Cachoeira. “A dipirona destrói o pajé”. Ele faz referência ao complexo sistema de cuidado com o corpo e de cura dos povos indígenas do Alto Rio Negro, que hoje tem o seu centro na figura do *kumu*, entre os brancos identificado sob o nome genérico de pajé.

João Paulo Lima Barreto é indígena Tukano e doutorando em Antropologia no Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Para ele o *kumu* possui o poder de evocar propriedades de cura e de proteção. É ele quem possui um conhecimento preciso sobre estar saudável ou doente, e a maneira para formar e cuidar desse corpo, por meio do *bahsese* (terapia ancestral), do *bahsamoi* (os cantos/rituais) e do *kihti* (as tramas de histórias contadas pelos Tukano).

“É um detentor de fórmulas do corpo”, resume João Paulo sobre a figura-central do *kumu*. O sistema de conhecimentos indígenas é, na visão do pesquisador, “tão complexo quanto o da ciência, que ela nega, descarta, e não compreende”. “Um sistema muito complexo que foi bagunçado pelo branco”, continua João Paulo.

Existe toda uma estrutura do Estado brasileiro para a saúde indígena. Está previsto que indígenas tenham um acesso diferenciado à saúde, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), que são de responsabilidade federal, atuam em uma ou mais Terras Indígenas do país, podendo realizar parcerias com os poderes estaduais, municipais e organizações não-governamentais.

Mas para Lucila Gonçalves, psicóloga e pesquisadora na área de saúde indígena pela Universidade de São Paulo (USP), usualmente “não se leva em conta o conhecimento dos indígenas de maneira simétrica. Formalmente, há uma proposta de integração, mas o conhecimento dos indígenas acaba desqualificado em relação à biomedicina”. No Xingu, onde nos últimos anos Lucila tem realizado sua pesquisa de doutorado, existe uma proposta de trabalho e integração, mas ela está longe de ocorrer de forma efetiva. Lucila conta um episódio que aconteceu com Mapulu, uma importante parteira e pajé da etnia Kamaiurá em Canarana, já fora do Território Indígena do



Comunidade de São Domingos viagem pelo rio Negro e rio Tiquié

“Essa saúde que vem de fora substitui o conhecimento indígena. Eles estão em um território indígena, mas não estão nem aí para o conhecimento dos indígenas”

afirma o Tukano Domingos Borges Barreto, que vive em São Gabriel da Cachoeira

Xingu, no Mato Grosso. Durante um parto que ela foi acompanhar na cidade, o médico do hospital não permitiu que Mapulu entrasse para fazer a pajelança, que envolve “assoprar” a paciente. A pajé teve que tirar a paciente à força do hospital, assoprá-la fora, enquanto o médico protestava. Com a melhora do quadro da paciente, este veio lhe pedir desculpas.

É diante deste quadro, em que o conhecimento indígena é relegado a segundo plano ou tratado como credices espirituais, que surgem importantes experimentos de valorização do conhecimento indígena. Hamyla Elizabeth da Silva Trindade é enfermeira e indígena Baré, e uma das responsáveis pela Casa de Saúde Indígena (Casai), de São Gabriel da Cachoeira. O local atende mensalmente, em regime de plantão, cerca de 96 pessoas, a maior parte delas com pneumonia, diarreia, malária e suspeita de tuberculose, conforme relatório de 2018. “Na Casai, diariamente, os indígenas nos pedem para o pajé fazer o benzimento ou a pajelança. A gente se depara diariamente com águas benzidas, cigarros para fumar. Trabalhamos com essa relação medicina tradicional e ocidental”, pontua Hamyla.

## Reconhecimento oficial

João Paulo Lima Barreto, porém, deseja ir além: “os indígenas estão viciados em remédios, e esquecem nossas formas de cura”. É parte desse conhecimento que João Paulo trouxe para Manaus ao criar o Centro de Medicina Indígena Bahserikowi’i, em junho 2017, onde os *kumuã* (plural de *kumu*) do Alto Rio Negro atendem a população da capital amazonense. Em dois anos, o centro atendeu 2.300 pessoas, sendo 99% não indígenas – 80% são mulheres com idades entre 25 a 60 anos.

Além disso, como experiência-piloto, João Paulo trabalha junto a seu pai, o *kumu* Ovídio Barreto, no atendimento de indígenas doentes na Casai de Manaus. “Trata-se de uma parceria entre o Centro de Medicina Indígena Bahserikowi’i e a Casai de Manaus. Nós entramos com o capital humano, e eles com a infraestrutura e organização”, explica o antropólogo.

Essa reportagem especial da agência Amazônia Real acompanha o regresso de João Paulo Lima Barreto, 47 anos, à aldeia onde nasceu, após 15 anos de afastamento para estudar na capital amazonense. A viagem aconteceu no mês de março deste ano. Chamada de Uhremiripa (corredeira de rouxinóis) antes da chegada dos missionários salesianos e hoje conhecida como comunidade de São Domingos Sávio, está localizada a dois dias de distância de lancha da fronteira com a Colômbia – separada por duas grandes cachoeiras que dificultam a subida do Rio Tiquié. Na língua Tukano, João Paulo se chama Yupuri, que significa o quarto filho. Os outros irmãos são Anacleto Lima, José Maria, Antônio José e Pedro Ângelo. O nome em português foi dado por sua mãe, Ercília Lima Barreto em homenagem ao Papa João Paulo I (1912-1978). Dona Ercília faleceu em 2005.

Nas conversas durante o nosso trajeto entre a sede de São Gabriel da Cachoeira e a comunidade de São Domingos, passando o tempo durante as horas a fio na lancha, escondendo-nos como podíamos do sol abrasador e das chuvas geladas, o que se entrevê é o dia a dia de pessoas às voltas com as dificuldades de perpetuar as formas indígenas de conceber e lidar com o mundo. Diante da perseguição da Igreja Católica no início do século 20 e do atual sistema de saúde estatal que lida mal com as práticas e conhecimentos indígenas, chama a atenção a luta pela transmissão desses conhecimentos, em meio à dura vida de indígenas nas aldeias e do preconceito que sofrem na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Com 45 mil habitantes, cerca de 80% da população de São Gabriel da Cachoeira é indígena. É o município mais indígena do Brasil com as seguintes etnias: Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-Tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e

Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real

Diante deste quadro, em que o conhecimento indígena é relegado a segundo plano ou tratado como credíes espirituais, que surgem importantes experimentos de valorização do conhecimento indígena

Yanomami. Eles fazem da cidade um território multicultural. Em cada esquina, ouve-se um idioma pronunciado por distintos povos. A diversidade é tamanha que a Lei Municipal 145, de 22 de novembro de 2002, passou a reconhecer o nheengatu, o tukano, o baniwa e o yanomami como línguas oficiais da cidade.

Inspirado nessa iniciativa municipal, João Paulo estuda a possibilidade de elaborar um projeto de lei estadual que reconheça os *kumuã* e demais pajés de outros povos indígenas do Amazonas como especialistas aptos a trabalharem como terapeutas no diagnóstico de enfermidades e processos de cura juntos aos médicos que exercem a medicina ocidental.

### Um mundo perigoso

Os Tukano, originalmente, se auto-denominam Yepá-Mahsã. Yeapá é o construtor do mundo terrestre e dos povos do Alto Rio Negro; Mahsã é o próprio ser humano. O nome Tukano é um apelido dado por outro povo do Alto Rio Negro, os Dessana, que acabou sendo incorporado à linguagem comum dos Yepá-Mahsã e no cotidiano deles. Também acabou sendo difundido por não-indígenas.

O mundo, para os Tukano, requer a mediação constante realizada pelos *kumuã*, junto aos *wai-mahsã*, os guardiões dos lugares. Como tudo no mundo tem o seu guardião, seu responsável, é preciso haver mediação: do consumo de alimentos à entrada na mata e pescaria, do parto às formas de lidar com o crescimento das crianças e formação do corpo. São os *wai-mahsã* que detêm os conhecimentos referentes aos *bahsese* e às formas rituais. Assim, a comunicação feita pelos *kumuã* é fundamental para a aquisição e circulação de conhecimentos. O corpo, em constante formação, precisa de cuidados próprios, com alimentação, resguardos e práticas dos especialistas, como o *bahsese*.

Para que a comunicação entre especialistas e o *waimahsã* ocorra, é necessária uma etiqueta rígida, marcada pelo preparo do corpo, com a ingestão de substâncias específicas, como o sumo de determinados cipós e do *paricá* (um rapé com propriedades alucinógenas), elaborados para as grandes festas. Neste preparo dos *kumuã*, é proibida a ingestão de determinados alimentos, como carne de caça e peixes grandes e gordurosos. Se esses requisitos não forem cumpridos, os *waimahsã*, os donos das coisas, podem ficar furiosos

Tradicionalmente, existem três tipos de especialistas entre os Tukano e alguns outros povos indígenas do Alto Rio Negro, que atuam juntos no tratamento do corpo. O *yai* é aquele que possui a capacidade de diagnosticar doenças; o *kumu* é o responsável pelo cuidado com o paciente já diagnosticado pelo *yai*, por meio da *bahsese* e do uso das plantas medicinais; já o *bayá* é o mestre condutor das grandes cerimônias, também responsável pela terapia. É no diálogo entre esses especialistas e os seres invisíveis que se dá a manutenção das forças do cosmos e o equilíbrio do meio ambiente, acreditam os indígenas.

Os missionários salesianos, que fundaram um centro em São Gabriel da Cachoeira em 1916, e a partir de então subiram os Rios Uaupés, Tiquié, e outros na região fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, não viam com bons olhos esse conhecimento indígena. A expansão do trabalho dos missionários ocorre em meio à decadência do ciclo da borracha, na década de 1920. De certo modo, o enfoque colonial muda do controle sobre o corpo para gerar uma força de trabalho para o controle da alma a fim de gerar fiéis. Objetivando “a regeneração dos pobres selvagens”, os *kumuã*, responsáveis pela formação dos corpos indígenas, passaram a ser perseguidos.

“As figuras dos nossos especialistas eram comparadas com bruxos. Nosso conhecimento foi categorizado como profano, diabolizado e perseguido”, afirma João Paulo. De



Os irmãos João Paulo e José Maria Lima Barreto na escola do internato salesiano



O *kumu* Nelson – Ahkuto na Comunidade Tukano, posa em baixo da foto de seu avô

acordo com o antropólogo indígena, as categorias de *kumu* e *bayá* são hoje escassas, e os *yai* foram praticamente extintos. As malocas coletivas foram destruídas, com a imposição de moradias baseadas em núcleos familiares. Os católicos salesianos acreditavam que eram locais onde os indígenas realizavam orgias incestuosas, e qualificavam as festas e pajelanças como diabólicas. Ignoravam regras de casamento como aquela que indicava que homens Tukano deveriam se casar com mulheres Tuyuka, aprendendo de seus sogros conhecimentos referentes à *bahsese* e plantas medicinais.

Aquilo que os salesianos consideravam como um programa “civilizatório”, consistia em fazer: “1º abandonar a maloca, lugar que por sua natureza torna/se de corrupção, para que cada qual viva em sua casa própria; 2º no desistir das orgias periódicas com as inevitáveis bebedeiras; 3º no realizar o matrimônio sem o rapto violento da esposa, mas de comum acordo; 4º no participar da Missa Dominical”.

“Muitos *kumuã* morreram de tristeza por não poderem exercer seus ofícios”, conta João Paulo. “Meu avô

Com 45 mil habitantes, cerca de 80% da população de São Gabriel da Cachoeira é indígena. É o município mais indígena do Brasil com as seguintes etnias: Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-Tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami

mesmo quase morreu. Para ele, exercer esse ofício era vital”. Segundo ele, os instrumentos de trabalho do avô, que foram apreendidos, encontram-se hoje no Museu do Índio, em Manaus. Os *kumuã* remanescentes estão fadados ao desaparecimento por conta do sistema educacional dos missionários e da própria lógica do sistema educacional laico dos brancos, que levam os indígenas para a cidade, e relega ao segundo plano o conhecimento dos povos da floresta. João Paulo faz uma crítica à própria antropologia, que permanece lendo a *bahsese* na chave do ritual religioso, enquanto o desafio lhe parece mais “trazer para o debate os nossos próprios conceitos indígenas, e fugir desse jargão”. Por isso, prefere falar em “técnicas terapêuticas”, “especialistas” e “terapia ancestral”.

O *kumu* Durvalino Moura Fernandes, cujo nome é Kisibi na sua língua Dessana, mora desde 2001 em São Gabriel da Cachoeira, com sua esposa Judith. Ele conta que seu pai era um grande *kumu*, e com ele aprendeu a fazer *bahsese*, os importantes benzimentos que formam e protegem as pessoas: “Você vai ficar no meu lugar, e precisa aprender a benzer”, ouviu de seu pai. Para Durvalino, “a educação dos brancos está acabando com o benzimento”. A vida na cidade dificulta muito o compartilhamento de conhecimentos entre os *kumuã*, por isso, junto a outros *kumu*, ele está elaborando a criação de uma escola de *kumuã* e trocas de conhecimento em alguma aldeia ainda a ser definida. Ele vê com ceticismo a proliferação de *kumuã* na cidade, que não se submetem ao rígido processo de formação.

A perseguição da Igreja Católica culminou na eliminação da produção de *paricá*, encontrado hoje apenas entre os indígenas da selva colombiana. Judith Fernandes Sarmiento, cujo nome de benzimento em tukano é Yuhsio (uma heroína mítica que organiza o processo de conhecimento da mulher), é neta de um *kumu* poderoso, mas não pôde aprender com o seu pai as técnicas de *bahsese*, pois ele foi criado como assistente dos padres, trabalhando como faxineiro e costureiro. O pai só veio a aprender *bahsese* quando Judith se casou com Durvalino, e então seu sogro o ensinou.

Judith conta que seu marido hoje “cuida muito das freiras franciscanas. Mandam fechar o corpo delas para não pegar doenças daqui. Benze com perfumes e com cremes”. Antigamente, conta Durvalino, os padres “chamavam os *kumu* de diabo. Hoje em dia, são mais compreensíveis”. O *kumu* possui um jeito brincalhão, e repete, rindo em tom jocoso, a mesma frase, “e assim conseqüentemente”, o que não deixa de ser um comentário ao próprio assunto sobre o qual conversávamos, e as conseqüências das perseguições do passado hoje.

### Do internato à pesquisa acadêmica

“Pois é, Fábio, chegamos no Quartel General dos Padres”, comentou João Paulo, logo após descermos do barco naquilo que um dia fora a missão salesiana de Pari-Cachoeira e onde mora a sua família. São Domingos Sávio, sua comunidade

→ de origem, está a cerca de meia hora rio acima com motor (um dia de viagem de barco a remo), em direção à Colômbia. Por conta da escola, Pari-Cachoeira continua exercendo uma espécie de força atrativa junto aos indígenas, em sua maioria do povo Tukano, que vão para o local da antiga missão em busca de uma melhor formação para os filhos.

No passado, a Igreja possuía capitães em cada aldeia. “Quando o capitão sabia de um *kumu* atuando, eles o perseguiam e mandavam apreender tudo”, conta João Paulo. “Faziam também pressão psicológica e econômica, não vendendo mais fósforo, sabão, roupas ou tabaco para as comunidades com *kumu* atuantes”. Os indígenas eram obrigados a vir de canoa, remando por dias, para celebrações especiais como Páscoa e Natal, sob ameaça de serem punidos.

Conversei com um dos padres responsáveis pela Paróquia São João Bosco, onde antes funcionava o internato, desativado há décadas. Joãoilton Lemos Castanho é indígena do povo Tariano, de Taraquá, na cabeceira do Rio Tiquié, e está em Pari-Cachoeira há um ano e meio. “Eu vejo com bons olhos essa história. Graças aos salesianos que essas comunidades são o que são”, afirma o padre. Ele mesmo se considera fruto desta empreitada, e fala com orgulho da ordem, que conseguiu se estabelecer no Alto Rio Negro, onde antes haviam falhado os jesuítas. Pergunto-lhe então sobre a maneira como a Igreja lidou com os costumes dos indígenas, especificamente as formas de cura dos *kumu* que foram perseguidos. “Para aquele tempo, houve o choque de realidades, de duas culturas. [Os missionários] vieram da Europa e chegaram muitas vezes impondo a sua cultura. Em certo sentido, foi uma perda da nossa cultura: as danças, a nudez. Foi uma grande perda”, admite o padre.

João Paulo lembra com detalhes da vida em Pari-Cachoeira. Foi mandado para lá aos 9 anos de idade, comprometendo a possibilidade dele se tornar um especialista indígena, seja como *yai*, *kumu* ou *bayá*, já que os três exigem uma formação específica detalhada, e que pôde ser seguida por muitos de seus primos e irmãos.

Comenta, algo desolado, sobre a mudança em sua vida, com a saída da aldeia para um internato com outras 150 crianças, regido por uma dura disciplina religiosa, de ensino e de trabalho. “Tinha horário para levantar, comer, rezar, estudar, fazer roçado e ir dormir”. Tudo sob a vigilância dos salesianos, que proibiam os indígenas inclusive de falar Tukano. “Quem falasse tinha que usar uma placa de burro”, conta. O interesse era transformar os indígenas em homens à imagem da civilização europeia, a partir do batizado, do trabalho e da disciplina.

De Pari-Cachoeira, João Paulo ganhou uma bolsa de uma empresa de mineração interessada em explorar a região.



O *kumu* Durvalino Moura Fernandes (à direita na foto), *kumu* do povo Dessoano (Kisibi) com o paciente Anacleto Lima Barreto em São Gabriel da Cachoeira



*Kumu* Dophó Manoel Lima atende visitante no Centro de Medicina Indígena, em Manaus

Os missionários salesianos, que fundaram um centro em São Gabriel da Cachoeira em 1916, não viam com bons olhos esse conhecimento indígena

O curso do ensino médio era para técnico de mineração, em Manaus. Depois de formado, voltou à Pari-Cachoeira para lecionar no mesmo internato onde havia estudado por oito anos. Foi se encaminhando para o sacerdócio e, pouco depois, voltou à Manaus, onde iniciando seus estudos em direito, abandonou definitivamente a vida religiosa. Hoje se considera cristão não-praticante. Ingressou pelo programa de cotas para indígenas no curso da Universidade Estadual do Amazonas, período em que esteve intensamente envolvido com o movimento indígena.

João Paulo buscava um tipo de diálogo entre o mundo do direito e o repertório Tukano, tentando propor uma reflexão sobre as concepções indígenas e o direito consuetudinário, a forma jurídica que surge dos costumes de determinada sociedade. Mas o mundo do Direito parecia demasiado fechado para tais experimentos. O indígena decidiu então largar o curso, e foi tentar a sorte na faculdade de Filosofia, com a proposta de obter o seu diploma com um trabalho sobre filosofia indígena, prontamente recusado pelos professores. O corpo docente julgava não existir uma bibliografia especializada na qual o aluno pudesse se embasar. Foi na Antropologia, finalmente, e no contato com seu orientador e amigo, o professor Gilton Mendes do Santos, que João Paulo encontrou um ambiente onde pôde colocar em contato sistemas de conhecimento com os quais convivia diariamente, desde que fora levado para o internato em Pari-Cachoeira.

A visão de João Paulo acerca da Igreja, da sua trajetória e das instituições pelas quais passou não está focada na ideia de que uma cultura foi destruída e tudo se perdera. Enquanto visitávamos, junto a seu irmão José Maria, as dependências do internato de Pari-Cachoeira, onde dormiam quando crianças e adolescentes, ele afirmou que via tudo isso como instrumentos para transformação. “Eu cheguei a pensar que isso tudo era uma perda, mas hoje estou convencido de que não”, afirma João Paulo. É possível vir “a ter um conhecimento junto aos *waimahsã*, porque eles estão em outro plano, não no plano da perda”. Com a retomada da formação dos especialistas, mediante isolamento, ensino, alimentação, e uso de substâncias para limpeza estomacal e abertura do corpo, João Paulo acredita ser possível a conexão com os *waimahsã* e a recuperação de conhecimentos “esquecidos” neste plano mundano.

Parte desse entendimento de João Paulo aconteceu durante trajeto ao Alto Tiquié, quando paramos para almoçar em uma pequena comunidade Tukano, aos pés da Serra da Mucura. Lá, um *kumu* respeitado, chamado de Ahkuto na língua Tukano, contou uma complexa narrativa acerca da origem das serras que existem por detrás da aldeia, assim como o surgimento das doenças e da cura pela terapia ancestral a elas associadas. Ao final da trama, afirmou que essa história não era ele que estava contando. Ela ocorreu assim mesmo, e isso está escrito nas pedras nas montanhas e nas corredeiras. Para os Tukano, os conhecimentos sobre a *bahsese* e as narrativas de criação parecem se inscrever na paisagem local. ♦

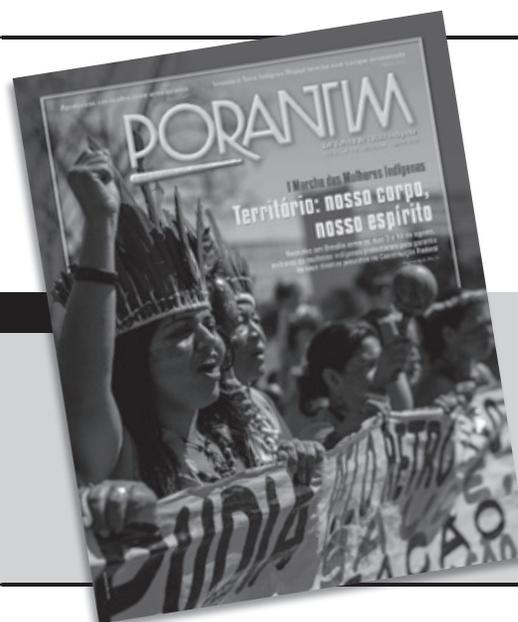
\* A matéria faz parte do projeto “Olhando por dentro da Floresta Amazônica”, da Amazônia Real, que está voltado para a produção de conteúdos sobre as populações indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, defensores do meio ambiente, defensores dos direitos humanos, impactados socioambientais de megaempreendimentos na região amazônica.

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
 Banco Bradesco  
 Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios  
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655  
 SKYPE: Adm Jornal Porantim  
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80  
 Ass. dois anos: R\$ 130  
 América Latina: US\$ 55  
 Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

## Livro examina luta dos Tupinambá pela terra no sul da Bahia

As retomadas de terras foram a maneira encontrada pelos Tupinambá do sul da Bahia para garantir seus direitos constitucionais ao território. O processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, iniciado em 2004, empacou por pressões políticas e econômicas. Desde então, apenas na Serra do Padeiro — uma das aldeias que fazem parte da terra indígena —, 89 antigas fazendas de cacau foram retomadas.

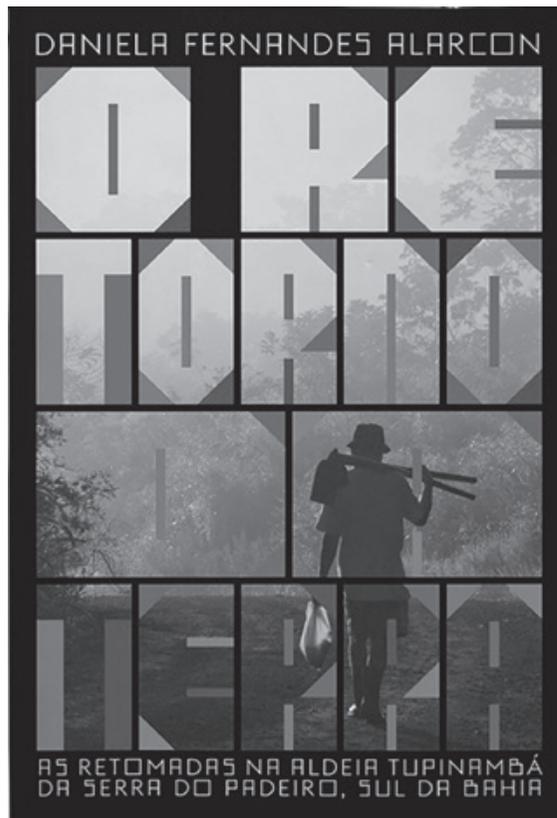
Parte dessa história é apresentada em *O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*, fruto de uma dissertação de mestrado defendida por Daniela Fernandes Alarcon na Universidade de Brasília (UnB) e premiada pela Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA) na edição de 2018 do Norm and Sibby Whitten Publication Subvention Fund.

De acordo com Glicéria Jesus da Silva, uma das lideranças da Serra do Padeiro e autora do prefácio, o livro é um “romance da terra”. “Quando Daniela se detém para ouvir o clamor, as tragédias, as expulsões do território, tamanhas violações dos direitos do nosso povo, a violência contra a terra, ela também mostra como o nosso povo se organizou, através das retomadas, para reverter os impactos que a natureza vinha sofrendo, e como as florestas, as nascentes dos rios e os animais passaram a se sentir mais protegidos e seguros. Ela documenta como nos estabelecemos em uma vivência de enfrentamento, para garantir o bem viver com a natureza”.

Resultado de minuciosa pesquisa de campo e documental, o livro esmiúça o processo de recuperação territorial, demonstrando como o projeto coletivo construído pelos Tupinambá da Serra do Padeiro vem criando condições para a emergência de memórias subterrâneas, para o retorno de indígenas que se encontravam na diáspora – alguns deles trabalhando em condições análogas à escravidão – e para o fortalecimento de atividades produtivas tradicionalmente desenvolvidas pelo grupo, que contribuem decisivamente para as condições de vida dos indígenas e para a conservação da mata atlântica, bioma onde se situa a aldeia.

Ao mesmo tempo, *O retorno da terra* revela as profundas repercussões cosmológicas das retomadas de terras. Os Tupinambá acreditam que o território pertence aos *encantados*, entidades não humanas que habitam diversos domínios do mundo físico e que, assim como os indígenas, foram impactadas pelo avanço da fronteira capitalista e pela degradação de sua morada.

João Pacheco de Oliveira, professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor do texto da quarta capa,



O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia  
 Autora: Daniela Fernandes Alarcon  
 Elefante Editora, São Paulo (2019), 450 páginas

ênfata que a autora empreendeu “uma imersão profunda na história e na expressão conjunta de conhecimentos realizada por ela e por famílias tupinambá da Serra do Padeiro”. Em *O retorno da terra*, diz, “a tessitura de um produto acadêmico não se desgarrar de um processo complexo de interação social, das múltiplas escalas e formatos em que tal encontro pode ser vivido, concebido e atualizado”.

Um dos frutos desse encontro foi o documentário de curta-metragem *Tupinambá* — *O Retorno da Terra*, dirigido pela autora e lançado em 2015, com produção da Repórter Brasil. No livro, a história apresentada no filme se desdobra em detalhes, propiciando aos leitores um mergulho no contexto tupinambá e, mais amplamente, nas lutas contemporâneas dos povos indígenas.

“Exemplo muito importante da etnologia indígena que se faz no Brasil, o livro é resultado de uma pesquisa comprometida, em que a pesquisadora assume plenamente um papel em defesa dos direitos dos Tupinambá, povo que vem sofrendo uma ofensiva truculenta por parte de interesses contrários à demarcação de sua terra”, destaca Stephen Grant Baines, professor do Departamento de Antropologia da UnB, que assina a orelha do livro. “A obra é altamente relevante para a compreensão das situações de muitos outros povos indígenas que estão se reorganizando politicamente para efetivar seus direitos.” ♦

## Obra traça panorama histórico da relação entre religiosos e indígenas no Ceará

A Evangelização dos povos originários na Capitania do Ceará – 1607-1792  
 Autor: padre Ricardo Cornwall  
 Premium Editora, Fortaleza (2019), 208 páginas

Por Leda Bosi, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

O livro traça um amplo relato da história do Brasil e da atuação de Missões nessa época da Colônia (1607-1792), na capitania do Ceará, envolvendo os missionários, indígenas, colonizadores e proprietários de terras. A primeira tentativa de evangelizar os povos indígenas, na região, foi em 1607 quando autoridades portuguesas permitiram que os jesuítas organizassem uma expedição. Nos séculos 17 e 18, a capitania do Ceará era responsabilidade da Diocese de Recife a quem ficou subordinada por 143 anos até 1799 quando foi criada a província do Ceará. O livro conta como os jesuítas catequizaram o povo Tobajara (“senhores do rosto”, limpos de marca, não queriam se identificar com marcas ou tatuagens) na serra de Ipiapaba, no século 17 e durante os primeiros anos do século 18. Construíram a primeira escola e o primeiro seminário no Ceará, primeira instituição cearense onde se ensinava humanidades. Em 1760, o marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e com isso acabou com a educação formal. Sobre os povos originários na capitania há um capítulo sobre o povo Tremembé, como foi contatado pelos missionários e outro sobre os Paiacu, onde se conhece o método violento utilizado pelos colonizadores para dividir os indígenas de povos diferentes e tomar suas terras.

O trabalho do Pe. Cornwall acompanha a saga enfrentada pelos missionários no intuito de levar a evangelização a territórios e habitantes desconhecidos com a perda de vidas de missionários, como as do padre Francisco Pinto, S.J. na primeira expedição, e de indígenas que o acompanhavam, numa confrontação entre invasores e indígenas. As expedições sofriam com a falta de água, de alimentação, as pesadas cargas que precisavam carregar, o encontro com indígenas que os ajudaram e acolheram, de um lado, e a hostilidade e a desconfiança de outros que já haviam sofrido ataques dos portugueses. Com o tempo, a elite do Ceará para fins de tomar posse das terras indígenas declararam num Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, em 1863, que “já não existem aqui índios aldeados (sic) ou bravios”. A difícil situação dos povos indígenas os obrigava a “O ocultamento de traços culturais denunciadores da ancestralidade indígena em uma estratégia utilizada pelos nativos para assegurar a própria sobrevivência física, cultural, espiritual (cf. Gomes em Palitot, 2009:181) A propósito, citamos uma frase do pajé Tremembé, Luiz Caboclo “Teve um tempo que nós pra viver precisamos nos calar e hoje, nós pra viver precisamos falar”.

Fazendo um paralelo entre o sofrimento dos judeus nas mãos dos monarcas de Espanha e Portugal, que perderam suas terras, sua língua – o hebraico – e sua fé judaica, o pe. Cornwall explicita a violência contra os povos originários no Ceará que perderam suas terras, sua língua, grande parte dos elementos culturais e sua religiosidade. Como vemos nas palavras de Leonardo Boff, citadas no livro *O Manifesto da Comissão Indígena 500 anos*. É uma expressão do clamor de 98 diferentes povos originários que denunciam com veemência que “os conquistadores chegaram com fome de ouro e de sangue, empunhando em uma das mãos armas e na outra a cruz” para abençoar e encomendar as almas das vítimas. O lema era “Dilatar a fé e o império”. Prosseguindo, Boff observa que “alguma coisa falhou no processo de evangelização dos europeus, notadamente dos espanhóis e dos portugueses, que impediu que ocorresse verdadeiramente um encontro de pessoas e de culturas. O que houve foi uma negação pura e simples da alteridade e da reciprocidade”.

Encontramos no livro a história e várias fotos das construções dos missionários, como forma de facilitar a evangelização, e uma rica bibliografia sobre o assunto. ♦

# A arte de Jaider Esbell

**A**rtista, escritor e produtor cultural indígena da etnia Makuxi. Nasceu em Normandia, estado de Roraima, e viveu, até aos 18 anos, onde hoje é a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Antes de ser artista, habilidade descoberta na infância, Esbell percorreu diversos caminhos, acreditava, levariam à plena condição de manifestar suas habilidades.

Esbell marca no tempo sua passagem e toda a diversidade cultural local em contextos que extrapolam todas as fronteiras. Ao longo de sua vida, Esbell sempre escreveu e desenhou, sempre acreditou e trabalhou para criar condições ideais para manifestar suas habilidades de artista. Em 2010 inscreve-se pela primeira vez em um edital de literatura, Bolsa Funarte de Criação Literária. Esbell leva para Roraima uma das bolsas e lança no ano de 2012 o seu primeiro livro: *Terreiro de Makunaima – Mitos, lendas e estórias em vivências*.

Esbell, no ano seguinte, começa a pintar e, desde então, são várias exposições coletivas, viagens, inclusive para a Europa, faz itinerâncias, escreve outros livros, artigos, produz rico material artístico e distribui nas mais variadas mídias. Em 2013 é convidado para expor e dar aulas nos Estados Unidos, (Pitzer College). Permanece, por lá, 8 meses. Antes de ir ao exterior Esbell articula o Encontro de Todos os Povos e participa da Exposição Coletiva e Latinoamérndia MIRA – Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas (UFMG, 2013).

Em 2016, recebe indicação ao Prêmio PIPA, o maior prêmio da arte contemporânea Brasileira. Estaria assim de fato e de direito falando a língua universal, a linguagem das artes. Sendo a arte o próprio objeto de vida, o artista desvincula-se de vez da Eletrobras e embarca nesta jornada que ele mesmo denomina *Itinerância Roraima – Arte e Vida, uma Jornada ao Brasil de Casa em Casa*.

